AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Sétima Sessão Ordinária
28 de Junho a 2 de Julho de 2005
Sirte, Líbia

EX.CL/196 (VII) Rev. 1

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE

O Conselho Executivo, reunido na sua Sexta Sessão Ordinária em Abuja, em Janeiro de 2005, analisou a situação na Palestina e no Médio Oriente e, no final das suas deliberações, adoptou a Decisão EX.CL/Dec. 184 (VI), nos termos da qual, o Conselho, entre outros:

- reiterou a sua solidariedade e o seu apoio ao povo palestino e à sua luta justa e legítima; reafirmou o compromisso e o seu apoio ao Roteiro de Paz; solicitou às partes em conflito para quebrarem o círculo vicioso da violência contra os palestinos e os civis israelitas;

- condenou a repressão israelita e os ataques deliberados perpetrados contra os palestinos indefesos, as detenções e os assassinatos sistemáticos e injustificados de dirigentes palestinos, a política de destruição de infra-estruturas palestinianas e a desestabilização da sociedade e da economia palestina, das suas instituições públicas e privadas, assim como o bloqueio da circulação de bens e de pessoas; convidou o Governo israelita a pôr fim aos seus actos de represálias desproporcionadas;

- lançou um apelo ao Governo israelita para pôr fim à construção do muro no território palestiniano e exigiu o respeito do aviso consultivo de Julho de 2004, do Tribunal Internacional de Justiça; lançou um apelo à comunidade internacional e ao Quarteto para apoiarem as novas autoridades palestinas e a colaboração com elas na rápida implementação do Roteiro de Paz e tomarem as medidas necessárias, principalmente exercer pressão sobre as partes em conflito para salvaguardar o processo de paz; em suma, exigiu ao Governo de Israel para pôr termo à sua ocupação dos Montes Golan e dos campos de Saba, ocupados em 1967.

Depois da reunião de Abuja, ocorreram grandes desenvolvimentos no conflito israelo-palestino que abriram boas perspectivas para o relançamento do processo de paz. Foram anunciadas medidas de confiança e de apaziguamento, de uma e de outra parte, que marcaram a emergência de um dado novo e suscitaram novas esperanças quanto à vontade das partes de subscreverem o Roteiro da Paz, bem como a sua implementação efectiva.

A situação no Líbano conheceu evoluções particulares, principalmente após o assassinato do antigo Primeiro-Ministro Rafic Hariri. O processo eleitoral foi iniciado em condições normais e é preciso esperar que com ele se abra uma nova era no país.

A Síria, cujos territórios continuam ocupados por Israel, retirou as suas tropas e os seus elementos de segurança do Líbano, respondendo desta forma à exigência da comunidade internacional para uma implementação efectiva da resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

I. Conflito Israelo-Palestino

a) O Roteiro da Paz e os Compromissos de Sharm El Sheik

No dia seguinte à sua ascensão ao poder e da formação do novo governo dirigido por Ahmed Quorei (Abu Alaa), o Presidente Mohamed Abbas manifestou a sua vontade de implementar o Roteiro da Paz*, apresentando um programa baseado no apaziguamento, paragem da intifada e escolha da via de negociações políticas. É neste contexto que em 8 de Fevereiro de 2005, foi organizada uma Cimeira, em Sharm El Sheik, no Egipto, por iniciativa do Presidente Hosni Mubarak, na qual participaram o Rei Abdellah II da Jordânia, Mahmoud Abbas, Presidente da Autoridade Palestina e Ariel Sharon, Primeiro-Ministro de Israel.

Esta Cimeira terminou com a tomada de vários compromissos relativos fundamentalmente ao cessar-fogo recíproco, tratamento de questões referentes a palestinianos deportados, procurados e feitos prisioneiros, garantia da retirada israelita de cinco (5) cidades palestinas, bem como o retorno às posições anteriores a 20 de Setembro de 2000, data do início da intifada; a saber, a criação de um comité de acompanhamento destas questões.

Os compromissos de Sharm El-Sheik constituíram um avanço na implementação do Roteiro da Paz e a Autoridade Palestina esforçou-se por cumprir todas as obrigações nela estipuladas e consolidadas pela referida Cimeira. Para o efeito, a Autoridade Palestina conseguiu obter o aval de todas as facções sobre o apaziguamento, que é acompanhado de um cessar-fogo. Procedeu igualmente a reformas essenciais nas suas instituições, principalmente os serviços de segurança, através da reconversão destes serviços em apenas três órgãos, com vista a garantir o controlo da segurança, evitando deste modo dar a Israel a oportunidade de fugir aos seus compromissos sob pretexto de anarquia dos serviços de segurança e de ameaças dirigidas contra Israel e, em suma, sob o pretexto de falta de um parceiro com quem é possível negociar.

Por seu turno, o Governo de Israel anunciou, em 28 de Fevereiro de 2005, a sua decisão de se retirar da Faixa de Gaza e da zona oriental da Cisjordânia, a partir de 21 de Julho de 2005.

Além disso, Israel manifestou a sua intenção de libertar 900 prisioneiros palestinos, de um total de 7.600 detidos, assim como autorizar o regresso de 60 palestinos que haviam sido expulsos para a Faixa de Gaza ou para a Europa.

Por fim, Israel decidiu entregar aos palestinos 15 corpos de militantes mortos pelo exército israelita na Faixa de Gaza.

---

* Os objectivos definidos no Roteiro da Paz são, por um lado, a retirada total das forças israelitas dos territórios ocupados; por outro lado, um entendimento da Palestina de fazer reformas assim como esforços visíveis e firmes de parar com todos os actos de violência.

b) Implementação, pelas partes dos compromissos assumidos no quadro do Roteiro da Paz e dos compromissos de Sharm El-Sheik

Poucos progressos foram realizados no sentido da materialização do ímpeto positivo que caracterizou as relações entre Israel e a Autoridade Palestina na véspera da Cimeira de Sharm El-Sheik. Durante o período em análise, Israel reforçou as suas medidas arbitrárias contra o povo palestino, principalmente a continuação da construção do muro de separação, apesar do aviso consultivo emitido pelo Tribunal Internacional, de 9 de Julho de 2004, e da resolução pertinente da Assembleia Geral da ONU, de 20 de Julho de 2004, que apoia este aviso, e considera o muro de separação ilegal, exigindo a sua demolição, bem como disposições pertinentes da decisão acima referida do Conselho Executivo da União Africana.

Israel prosseguiu também com a sua política de demolição de casas e promulgou uma lei sobre os bens de pessoas ausentes, que permite a exploração de terras palestinas em Jerusalém, obrigando os palestinos a emigrarem cada vez mais, devido ao prosseguimento da política de repressão contra civis palestinos, rusgas, detenções e execuções sumárias. Por outro lado, as autoridades israelitas continuaram a tornar a cidade de Jerusalém judaica, negando-lhes as suas características islâmicas e árabes, alterando a geografia e a demografia deste lugar. Extremistas israelitas proferiram ameaças de "demolir a Mesquita de Al Aqsa e construir em seu lugar o Templo de Solomon".

Na altura da elaboração deste relatório, registou-se, do lado palestino, na sequência de actos de violência cometidos pelas forças israelitas, ao assassinato de um oficial da Segurança Nacional Palestina, morte de cerca de trinta palestinos, incluindo oito crianças, mais de 300 feridos, detenção de cerca de 800 pessoas e 490 casos de ataques com balas verdadeiras, 840 casos de assaltos de vilas e cidades, instalação de 600 pontos de controlo e confiscação de milhares de km^2 ($1km^2$= 1.000 m^2) de terras aráveis da Palestina.

Durante o período em análise, foi anunciada uma série de actuações e tentativas de operações militares contra alvos israelitas, tendo resultado várias vezes em ferimentos. Em resposta a ataques militares de Israel, militantes palestinos lançaram cerca de 80 granadas em Qassem e roquetes no campo de Gush Katif durante um período de mais de três dias, causando apenas danos materiais.

c) Acção da Comunidade Internacional

Ao nível internacional, foram tomadas várias iniciativas em prol do relançamento do processo de paz, bem como a implementação do Roteiro da Paz. A União Europeia reafirmou a sua disponibilidade de desempenhar um papel político de modo a contribuir para a resolução dos problemas da região do Médio Oriente, principalmente a questão palestina.

No âmbito do relançamento do Roteiro da Paz, o Sr. James Wolffenson, antigo Presidente do Banco Mundial, foi designado como Coordenador do

Quarteto encarregue do dossier da paz e teve uma reunião a 9 de Maio de 2005, em Moscovo, a nível ministerial, à margem das comemorações da vitória contra os nazis. A reunião adoptou uma declaração nos termos da qual:

- o Quarteto acolheu favoravelmente o que foi descrito como evoluções positivas na região durante estes últimos tempos. Reafirmou a necessidade do reforço do apoio internacional às duas partes, israelita e palestina, de modo a permitir a implementação das suas obrigações;

- o Comité acolheu com satisfação o plano israelita de se retirar da Faixa de Gaza e da zona norte da Cisjordânia, e considerou esta iniciativa como um novo impulso ao processo de paz na região;

- o Comité sublinhou a necessidade de se avançar com o processo para se chegar ao objectivo final, ou seja, a existência de dois Estados que vivem lado a lado, em paz e em segurança, que o Estado palestino seja um Estado unitário que constitui uma superfície contínua. As duas partes devem abster-se de qualquer iniciativa unilateral capaz de afectar negativamente a situação final;

- por fim, o Comité felicitou-se pela política traçada pelo Presidente Mahmoud Abbas com relação aos serviços de segurança palestinos.

Ao nível árabe, o apoio dado à causa palestina é uma constante da política da Liga dos Estados Árabes (LEA). A iniciativa árabe sobre a paz, adoptada pela Cimeira de Beirute em 2002, continua a constituir um quadro para determinar a orientação estratégica árabe no objectivo de buscar uma solução pacífica, por via de negociações, tendo em vista a solução do problema do Médio Oriente e da Palestina. Qualquer normalização das relações árabes com o Estado de Israel depende da implementação do conteúdo da iniciativa árabe de paz acima referida. A manutenção desta iniciativa foi reafirmada por ocasião da Cimeira da Liga Árabe realizada em Argel, em Março de 2005.

A 1 de Março do corrente ano, teve lugar em Londres, sob os auspícios do Governo britânico, uma reunião de apoio à Autoridade Palestina. Nesta ocasião, os participantes aprovaram e encorajaram as medidas definidas pela Autoridade Palestina e tomaram medidas de apoio internacionais nas áreas da governação, segurança e desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo, os participantes comprometeram-se a resolver o conflito por via de negociações directas relativamente à existência dos dois Estados: um Estado de Israel livre e seguro, soberano, independente, viável e democrático; e um Estado Palestino territorialmente contíguo, vivendo lado a lado em paz e segurança.

Esta posição foi acolhida com satisfação e reiterada pela reunião internacional das Nações Unidas sobre a questão palestina, que decorreu de 8 a 9 de Março de 2005, em Genebra, na qual foi sublinhada, entre outros, a necessidade de o Estado Palestino ter um território unitário, pois um Estado constituído por territórios fragmentados estaria condenado ao fracasso.

Por fim, a visita efectuada pelo Presidente Vladimir Putin à região bem como a do Presidente Abbas aos Estados Unidos, em finais de Maio último, constituíram uma etapa importante na evolução da questão palestina. Estas visitas deram uma ocasião às autoridades russas e americanas de reiterar o seu compromisso com relação ao Roteiro da Paz, assim como a sua vontade de trabalhar com outros membros do Quarteto para a implementação efectiva do Roteiro.

d) Desafios

A situação que prevalece actualmente nos territórios palestinos ocupados revela que a retomada do processo de paz, por vias do Roteiro da Paz supervisionado pelo "Quarteto", enfrenta uma série de desafios que, caso não sejam resolvidos, podem seriamente pôr em perigo a dinâmica criada pela Cimeira de Sharm EL-Sheik. Esses desafios podem ser apresentados como se segue:

Em primeiro lugar, o quadro geral no qual estes desenvolvimentos ocorrem actualmente: apesar da impressão geral que confirma que o processo de paz está um tanto ou quanto próximo do Roteiro, instrumento que determina as etapas conducentes à criação de um Estado palestino, é preciso constatar que as exigências de base dependem de um plano de separação unilateral adoptado pelo Governo de Israel, que consiste na retirada apenas da Faixa de Gaza e de alguns colonatos no Norte da Cisjordânia. Por outro lado, a oferta feita aos dirigentes palestinos referente à evacuação israelita em apenas 42% da superfície do que resta da Faixa Ocidental da Cisjordânia. Neste caso, o Primeiro-Ministro de Israel não contesta a criação de um Estado palestino provisório nesta superfície, todavia, os elementos essenciais de uma solução final permanecem dependentes.

Em segundo lugar, não obstante os actuais contactos entre israelitas e palestinos, até hoje em dia, Israel não decidiu entrar em negociações directas com as autoridades palestinas para uma solução definitiva do conflito, que incluiria todos os elementos essenciais, tal como aparecem no Roteiro da Paz. Para este efeito, à questão do fim da ocupação, entendida na sua globalidade, acresce-se o problema do regresso dos palestinos refugiados, cuja solução constitui uma das condições *sine qua non* da resolução duradoira do conflito.

Além disso, o Governo de Israel para estar a ver nos novos dirigentes palestinos parceiros em período probatório, cuja credibilidade dependeria da tomada de iniciativas duras contra facções palestinas, tendo em vista a desmobilização das suas tropas e proceder ao seu desarmamento.

Ademais, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel declarou, a 10 de Maio de 2005, que cancelaria a retirada das suas tropas da Faixa de Gaza, caso o Hamas ganhasse as próximas eleições legislativas, enquanto este movimento não for desarmado pela Autoridade Palestina. Isto constitui, evidentemente, um atentado flagrante ao direito legítimo e democrático do povo palestino de escolher os seus representantes em liberdade e sem constrangimentos. Por outro lado, o Primeiro-Ministro de Israel reiterou publicamente o seu compromisso de

implementar o “Plano E1”, que visa ligar Jerusalém à maior implantação da Cisjordânia, Maale Adumin.

Como se isso não bastasse, a fórmula adoptada para o cessar-fogo é uma fórmula de apaziguamento e não um acordo oficial entre a Autoridade e as facções palestinas, por um lado, e entre a Autoridade Palestina e Israel, por outro, para um cessar-fogo total. Esta fórmula permitiria às partes determinar os seus próprios conceitos de apaziguamento, segundo os seus interesses.

Por fim, no plano de segurança, a cessação da violência cega contra populações inocentes é essencial, se bem que esperamos uma retomada do diálogo na seriedade.

Em resumo, a nova dinâmica imprimida no dia seguinte à ascensão do Presidente Mahmoud ao poder e apoiada pelos compromissos de Sharm El-Sheik, o que suscitou novas esperanças relativamente ao relançamento do processo de paz, este conhece ainda uma fragilidade e uma precariedade evidentes por falta da tradução dos compromissos assumidos no quadro do Roteiro da Paz, em factos concretos. Se bem que do lado palestino foram feitos esforços palpáveis nesse sentido, que obtiveram apoio unânime da comunidade internacional, particularmente do Quarteto, do lado israelita tudo ficou por fazer para convencer esta mesma comunidade internacional sobre as suas boas intenções. A retira de Israel deve ser total, completa e feita de forma consistente com o Roteiro da Paz, de modo a concretizar a visão de dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz e em segurança.

É verdade que a violência persiste, mesmo que tenha sido em pequena escala, do lado palestino e em reacção à ocupação israelita e a actos de violência que a acompanharam. No entanto, a vontade declarada e os esforços do Presidente Abbas somente poderão produzir frutos se forem correspondidos pelas autoridades israelitas, tanto mais que se trata de um processo particularmente difícil e longo devido à exiguidade de meios de que dispõe a Autoridade Nacional Palestina.

II. <u>Territórios Árabes Sírio ocupados por Israel</u>

Israel continua a perpetuar a sua ocupação dos Montes Golan e procura estender colonatos nesta zona, não obstante todas as normas e resoluções internacionais, desde a promulgação da sua decisão datada de 14/12/1981 relativa à aplicação da sua jurisdição sobre os Montes Golan árabes sírios ocupados.

O prosseguimento da ocupação dos Montes Golan, desde 1967, constitui uma ameaça à paz e segurança na região e no mundo. É absolutamente necessário que a comunidade internacional adopte uma estratégia apropriada para uma solução global a todos os níveis, incluindo as diligências entre a Síria e Israel, por um lado, e entre o Líbano e Israel, por outro.

III. Situação no Líbano

Evolução

Durante o período em análise, o Líbano viveu uma evolução similar a outros países da região, conheceu violência, através de uma série de atentados mortíferos que causaram várias vítimas civis. Assim, em 14 de Fevereiro de 2005, uma bomba que explodiu nos arredores de Beirute provocou a morte de cerca de vinte pessoas, de entre as quais o antigo Primeiro-Ministro Rafic Hariri. Este assassinato ignóbil foi catalizador de um vasto movimento popular que acelerou a implementação, sob pressão da comunidade internacional, da decisão 1559 do Conselho de Segurança da ONU.

Decisão 1559 do Conselho de Segurança e sua Implementação

Ao abrigo desta decisão, o Conselho de Segurança solicitou, entre outras, a plena e urgente cooperação de todas as partes interessadas para a implementação de todas as decisões pertinentes relativas à restauração da integridade territorial, a plena soberania e a independência política do Líbano. Na mesma decisão, o Conselho de Segurança igualmente:

- apelou a todas forças estrangeiros restantes para se retirarem do Líbano;

- apelou à dissolução e desarmamento de todas as milícias libanesas e não libanesas;

- apoiou a extensão do controle, pelo Governo libanês, de todo o território nacional;

- exprimiu o seu apoio a um processo eleitoral livre e justo no Líbano, conduzido de acordo com a lei constitucional e sem interferência ou influência externa;

- reafirmou o apelo para o respeito estrito da soberania, integridade territorial, unidade e independência política do Líbano sob a única e exclusiva autoridade do Governo libanês, pelos libaneses.

Retirada Síria do Líbano

Foi em aplicação de disposições pertinentes desta decisão e dos acordos de Taef que provém a retirada progressiva das tropas sírias do Líbano, que o Governo sírio procedeu, no dia 26 de Abril de 2005, à retirada total das suas tropas, bem como dos seus serviços de inteligência do Líbano, retirando-se deste modo o pretexto de qualquer intervenção preventiva ligada à infiltração de combatentes sírios no Iraque.

Esta retirada, que foi confirmada através de uma carta das autoridades sírias para o Secretariado Geral das Nações Unidas, criou condições favoráveis à

realização de eleições livres e democráticas no Líbano, cujo processo teve início a 29 de Maio de 2005, com eleições legislativas em Beirute, ganhas pela oposição libanesa, sob a direcção de Saad Hariri, filho do antigo Primeiro-Ministro assassinado. Espera-se que estas eleições contribuam para a instauração de um Líbano livre, independente e democrático, onde as várias componentes da sociedade conjugarão os seus esforços, reunidas à volta de interesses nacionais, com vista à consolidação do processo democrático do seu país.

IV. Conclusão

A região do Médio Oriente entrou numa fase de suavização caracterizada, por um lado, por tentativas de avanços democráticos ainda balbuciantes e, por outro, marcada por violências mortíferas e prejudiciais ao processo democrático já iniciado. Muito ainda ficou por fazer para estabilizar esta região e criar uma atmosfera de paz e de concórdia favorável à sua reconstrução e ao seu desenvolvimento. Se bem que a responsabilidade primária é dos povos em causa, que devem dar prioridade aos ganhos colectivos e nacionais em relação aos benefícios comunitários, o papel da comunidade internacional não é menos decisivo. O sucesso de um tal papel, que se impõe à comunidade internacional, depende da sua vontade de se juntar, amimada por uma dinâmica multilateralista que dá primazia aos seus interesses em detrimento da lógica unilateralista susceptível de desvios menos esperados.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report on the situation in Palestine and in the Middle East

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4335

Downloaded from African Union Common Repository